



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

HUMANAS E SOCIAIS

ISSN IMPRESSO 2316-3348

ISSN ELETRÔNICO 2316-3801

DOI 10.17564/2316-3801.2015v3n3p87-100

SERVIÇO SOCIAL EM ESPAÇOS OCUPACIONAIS: DESAFIOS NA INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM SERGIPE

Vera Núbia Santos¹

Simone Moreira dos Santos Souza²

RESUMO

O artigo resulta de pesquisa realizada com assistentes sociais sobre inserção profissional e condições de trabalho em Sergipe e vincula-se a pesquisas sobre mercado de trabalho com o propósito de ampliar a discussão sobre esses aspectos nos municípios da Grande Aracaju. Desenvolvida nos anos de 2011/2012, a pesquisa contribuiu para pensar a profissão na contemporaneidade, numa conjuntura de Estado mínimo para as políticas sociais com ação focal das políticas, locus de atuação de assistentes sociais, mesmo que, contraditoriamente, o setor público estatal empregue o maior número desses profissionais no Brasil. A pesquisa utilizou como instrumento de coleta de dados um formulário com questões abertas e fechadas sobre o perfil, condições de trabalho, nível de participação política e de capacitação profissional. Este artigo limita-se aos resultados sobre os espaços ocupacionais

onde atuam os profissionais e traz como foco as atribuições e competências e os desafios para o exercício profissional. Conclui-se ser imperativa uma formação profissional continuada, que dê suporte à inserção qualificada de assistentes sociais na perspectiva da competência teórica e técnica e do compromisso ético com a profissão e com os sujeitos que demandam sua intervenção, uma vez que a diversidade de espaços exige cada vez mais respostas competentes desses profissionais.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social na Atualidade. Inserção Profissional. Espaços Ocupacionais. Competência e Compromisso Profissionais.

ABSTRACT

The article is the result of research conducted with social workers on employability and working conditions in Sergipe and is linked to research on the labor market in order to expand the discussion of these aspects in the municipalities of Greater Aracaju. Developed in the years 2011/2012, the research contributes to think the profession nowadays, a minimal state of environment for social policies with focal action of political, social workers acting locus, even though, paradoxically, the state public sector employed the highest number of professionals in Brazil. The research used as data collection instrument a form with open and closed questions about the profile, working conditions, level of political participation and professional training. This article is limited to the results of the occupational places where they operate professionals

and brings focus on the duties and tasks and the challenges for professional practice. It follows is imperative to continuing professional training, that supports the inclusion of qualified social workers in view of the theoretical and technical competence and ethical commitment to the profession and with the subjects that require your intervention, since the diversity of spaces required increasingly competent answers these professionals.

KEYWORDS

Social Service Nowadays. Professional Insertion. Occupational Spaces. Competence and Professional Commitment

RESUMEN

El artículo es el resultado de la investigación llevada a cabo con los trabajadores sociales en la empleabilidad y condiciones de trabajo en Sergipe y está vinculada a la investigación sobre el mercado de trabajo con el fin de ampliar la discusión de estos aspectos en los municipios del Gran Aracaju. Desarrollado en los años 2011/2012, la investigación ayudó a pensar la profesión hoy en día, un estado mínimo de medio ambiente en las políticas sociales y enfocar las políticas de acción, lugar de práctica profesional por excelencia de los trabajadores sociales, aunque contradictoriamente que el sector público estatal es el mayor empleador de estos profesionales en Brasil. La investigación se utiliza como instrumento de recolección de datos de un formulario con preguntas abiertas y cerradas sobre el perfil, las condiciones de trabajo, el nivel de participación política y la formación profesional. El artículo se limita a los resultados

en las áreas ocupacionales y aporta un enfoque en el que operan los profesionales con un enfoque en los derechos y responsabilidades profesionales. De ello se desprende es imprescindible para la formación profesional continua, que apoya la inclusión de los trabajadores sociales calificados en vista de la competencia teórica y técnica y el compromiso ético con la profesión y con los temas que requieren su intervención, ya que la diversidad de espacio requerido respuestas cada vez más competentes de estos profesionales.

PALABRAS CLAVE

El servicio social de hoy. Inserción Profesional. Espacios ocupacionales. La competencia profesional y el compromiso profesional

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo, resultante da Pesquisa de Iniciação Científica “Inserção Profissional e as Condições de Trabalho de Assistentes Sociais em Sergipe (2011-2012)” (SANTOS, 2011; SANTOS, 2012) analisa a inserção de assistentes sociais nos diferentes espaços ocupacionais na contemporaneidade, tendo por direção o processo de reestruturação capitalista suscitado com a crise de 1970 e as mudanças no âmbito do setor estatal, maior empregador de assistentes sociais no Brasil (CFESS, 2005) que interferem na atuação desses profissionais. A pesquisa, realizada com 50 assistentes sociais inseridas em diversos espaços ocupacionais no território da Grande Aracaju⁴, voltou-se a profissionais que possuíam registro no Conselho Regional de Serviço Social da 18ª Região (CRESS/SE), com vínculo formal de trabalho.

A crise do capital trouxe rebatimentos para a classe trabalhadora, cada vez mais heterogênea na atualidade e as mudanças no mundo do trabalho dificultam a organização da classe trabalhadora, que nos últimos anos tem sido atingida não só na materialidade do trabalho, com a introdução de novas tecnologias por parte do capital, mas na subjetividade do trabalhador, que afetou sua forma de ser, principalmente com o recuo da organização sindical (ANTUNES, 2006).

No Brasil a crise apresentou seus impactos na década de 1980 com o esgotamento do modelo desenvolvido durante os governos militares que se sustentou no tripé Estado, capital estrangeiro e capital nacional. Entre as expressões que a crise apresentou no país estão o crescimento da dívida externa e o aumento da inflação e da dívida interna. A crise fez crescer a pobreza no país, fazendo aparecer novas expressões da questão social.

Na década de 1990 teve início no país uma ofensiva neoliberal que se caracterizou pelo minimalismo do Estado, principalmente nas políticas sociais, e consequente expansão do mercado, na contramão dos direitos assegurados na Constituição Federal de 1988. A política neoliberal implantada foi responsável pelas privatizações de diversas empresas estatais, pela abertura da economia para o capital estrangeiro, pela redução dos direitos sociais e pela flexibilização das leis trabalhistas, o que vários autores sinalizam como uma contra reforma do Estado.

Estas mudanças repercutem no mercado de trabalho e no fazer profissional do assistente social. Nessa direção, novas expressões da questão social surgem como mais um desafio para o Serviço Social, que precisa dar respostas às novas demandas que são colocadas pela sociedade, pelo Estado e pelo capital, uma vez “[...] que as manifestações da ‘questão social’ devem ser explicadas com base no confronto de interesses contraditórios que trazem como consequência as desigualdades nas sociedades capitalistas” (PASTORINI, 2007, p. 38).

Em um contexto neoliberal, as políticas sociais estão cada vez mais focalistas e seletivas. O mercado de trabalho, por sua vez, exige aos assistentes sociais capacidade crítica, reflexiva e criativa, um profissional com um perfil cada vez mais qualificado que, se alimentado com uma atitude investigativa, estimula no seu exercício cotidiano “as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p. 49).

No âmbito do exercício profissional, exige-se de assistentes sociais, competências: teórica, técnica e ética que subsidiem a sua capacidade de agir conforme regulamenta a Lei 8.662/93, que nos artigos 4º e 5º estabelece as competências e atribuições privativas do profissional (BRASIL, 1993). As competências

4. O governo do Estado instituiu, por meio dos Decretos 24.338 e 24.339, de 20 de abril de 2007, os Territórios de Planejamento do Estado de Sergipe e o Processo de Planejamento do Desenvolvimento Territorial Participativo, respectivamente. Território Grande Aracaju engloba a capital e os municípios Barra dos Coqueiros, Itaporanga d’Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão.

profissionais expressam a capacidade de apreciação e resolutividade dos profissionais sobre determinado assunto (IAMAMOTO, 2009), enquanto as atribuições profissionais, como elementos determinantes de uma profissão, no caso de assistentes sociais, “são prerrogativas exclusivas ao serem definidas enquanto matéria, área e unidade de serviço social” (IAMAMOTO, 2009, p. 21).

Os diversos espaços ocupacionais despontados pela pesquisa, que perscrutou assistentes sociais que atuam no território Grande Aracaju, apontam que a quase totalidade das profissionais respondentes trabalha no âmbito estatal (98%), nas seguintes políticas: Política de Assistência Social, Política de Saúde, Política de Educação, Política de Previdência Social, Política de Habitação, Assistência Sociojurídica, Política Agrária (ainda que em instituição sediada na capital, mas com atuação em todo estado).

Embora as empresas privadas ainda apareçam como espaço de atuação de assistente social, observa-se a ampliação da presença de assistentes sociais nas ONGs. Nesse sentido, faz-se necessário compreender a defesa de uma formação profissional com base generalista, com consistência teórica, metodológica, ética e técnica que deem suporte a uma inserção qualificada nos vários espaços ocupacionais.

Essa constatação, que leva em conta a inserção profissional em espaços ocupacionais ao longo da trajetória da profissão no Brasil, indica que a reflexão sobre esses espaços e o seu significado para a inserção do Serviço Social, ainda, se constitui um elemento importante de análise da profissão na atualidade.

1.1 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA E ESPAÇOS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

O perfil de assistentes sociais da pesquisa (SANTOS, 2012) revelou que a amostra, com 50 profes-

sionais que responderam livremente ao formulário, foi composta por profissionais do sexo feminino, o que confirma uma tendência histórica da profissão. Evidencia-se que embora haja a presença masculina no Serviço Social brasileiro, em menor proporção (CFESS, 2005), não foi detectado na pesquisa em tela nenhum profissional do sexo masculino. Com relação à idade, há 20% na faixa etária até 29 anos; 30% incluem-se na faixa etária de 30 anos a 39 anos; 30% possuem de 40 anos a 49 anos de idade e 20% com 50 anos ou mais.

Com relação à identidade étnico-racial, 32% declaram-se brancas; 44% pardas; 22% negras; e 2% não responderam a questão. Quanto à orientação religiosa, há 62% católicas, 14% espíritas, 10% evangélicas e 6% afirmam não professar nenhuma religião. Ressalte-se a existência de 8% que citaram a opção outros, que quando indicadas apresentam as seguintes indicações: cristã, espiritualista ecumênica e transcendental.

Quanto ao estado civil, 58% das profissionais estão casadas ou em união estável; 30% solteiras; 10% separadas ou divorciadas; e 2% viúvas. Sobre o tempo de formação profissional, 56% possuem acima de dez anos, 24% estão entre mais de um ano até cinco anos de formadas e 20% indicam estar há mais de cinco anos até dez anos, formadas na área.

De acordo com os dados expostos, pode-se perceber a predominância do seguinte perfil do assistente social em Sergipe, que trabalha na região da Grande Aracaju: mulheres em maioria; com idade entre 30 a 49 anos; pardas; católicas; casadas ou em união estável; com tempo de formação acima de dez anos.

Esse perfil serve para estabelecer uma relação direta com a inserção de profissionais no mercado de trabalho e, em decorrência das suas características, compreender as suas reflexões acerca dos espaços ocupacionais onde atuam e a capacidade de refletir criticamente sobre as suas condições de trabalho.

Os aspectos sobre a inserção profissional de assistentes sociais no território Grande Aracaju envolveu: tipo de instituição, área(s) de atuação, quantidade de vínculos profissionais, tipo(s) de vínculo(s), carga horária, renda salarial pessoal (mensal), afinidade com o(s) espaço(s) ocupacional(is) e tempo de atuação na(s) instituição(ões).

Com relação à inserção profissional, foco deste artigo, e considerando que há profissionais com mais de um vínculo empregatício, observa-se que 98% trabalham na esfera estatal, sendo 38% no âmbito municipal, 48% no estadual e 12% no federal; enquanto 10% trabalham no setor privado e 4% no terceiro setor. Nesse sentido, o resultado da pesquisa confirma que o Estado tem sido o principal empregador dos assistentes sociais, mas há que se observar que se trata de um espaço contraditório, pois ao mesmo tempo em que é garantidor de direitos, desregulamenta-os em atenção aos movimentos das lutas das classes que compõem a sociedade capitalista.

2 SERVIÇO SOCIAL EM ESPAÇOS OCUPACIONAIS: APROXIMAÇÃO AOS DESAFIOS

Para compreender a inserção do assistente social nos diferentes espaços ocupacionais faz-se mister entender que o modo de produzir e reproduzir do sistema capitalista interfere diretamente no significado social da profissão e na sua necessidade nesse sistema. Trata-se de apreender o capital como uma relação social que se estabelece entre duas classes fundamentais, donde cabe aos trabalhadores a venda da sua força de trabalho e aos capitalistas a apropriação da riqueza produzida. Desta forma capital e trabalho, como apontam Iamamoto e Carvalho (2008, p. 31): “[...] são uma unidade de diversos; um se expressa no outro, um recria o outro, um nega o outro”.

Produção e reprodução no interior do sistema capitalista baseiam-se na exploração dos trabalhadores, isso é incontestável! Ressalte-se, todavia, que, ao tomar

consciência desta exploração a classe trabalhadora torna pública as mazelas a que é submetido o conjunto dos trabalhadores, principalmente no que diz respeito às condições de trabalho precárias e outras formas de exploração, além da ausência de distribuição da riqueza socialmente produzida. Nesse contexto, a classe trabalhadora deixa evidente a questão social para a sociedade. Esse processo é refletido nas políticas sociais, respostas que o Estado apresenta para minimizar os conflitos de classe, o que, num contexto de minimalismo do Estado, são cada vez mais seletivas e focalistas.

Observa-se que novos desafios são colocados para assistentes sociais, tanto no planejamento quanto na execução das políticas, uma vez que se trata de lócus privilegiado de atuação profissional. As crises cíclicas do capital afetam diretamente a classe trabalhadora com desemprego crescente, flexibilização das relações de trabalho e desmobilização das lutas coletivas, o que permite surgir diferentes demandas e requisições que podem ser levadas ao assistente social, pois, como sinaliza Iamamoto (2009, p. 26), a classe trabalhadora “também redimensiona as requisições dirigidas aos assistentes sociais, as bases materiais e organizacionais de suas atividades, e as condições e relações de trabalho”.

A classe trabalhadora é impactada pela a flexibilização das relações de trabalho que altera “[...] as regras existentes, diminuindo a intervenção do Estado, porém garantindo um mínimo indispensável de proteção ao empregado [...]” (MARTINS, 2007, p. 26) e contribui para o aumento do desemprego e fragmentação das lutas sociais. Compreender essas mudanças é de suma importância para entender como afetam o exercício profissional de assistentes sociais inseridos nos diferentes campos de atuação.

Os desafios são postos, exigem habilidades e competências para o profissional e, conforme sinaliza Iamamoto (2009, p. 25), pressupõem superar as rotinas institucionais “para buscar apreender, no movimento da

realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho”.

Por ser o Serviço Social uma profissão interventiva, a ação de assistentes sociais insere-se na regulação da vida social que permitem aos sujeitos acesso a direitos sociais como saúde, alimentação, educação, saneamento básico, entre outros. O Estado, como principal empregador de assistentes sociais, possibilita sua inserção em espaços ocupacionais diversos, com atuação que se voltam ora para segmentos (criança, adolescentes, mulheres, idosos, indígenas, homossexuais e outros), ora para um campo específico (assistência social, saúde, previdência social, habitação, educação, dentre outros).

Na pesquisa em tela, os campos de atuação profissional voltam-se para vários espaços de inserção, a saber: Política de Assistência Social (32%), Política de Saúde (16%), Assistência Sócio-Jurídica (16%), Política de Educação (14%), Política Agrária (6%), Organizações Não-Governamentais (5%), Política de Previdência Social (2%), Política de Habitação (2%), Empresas Privadas (1%), dentre outras. Nesse item, as profissionais puderam indicar todos os espaços onde atuam, o que faz com que o totalização dos espaços ultrapasse (100%), uma vez que há profissionais com mais de um vínculo empregatício, às vezes em campos de atuação diversificados

2.1 OS DIFERENTES ESPAÇOS OCUPACIONAIS

Os diferentes espaços ocupacionais trazem para o assistente social a responsabilidade de responder com competência ética e técnica, na dinâmica da vida social, aspectos que compreendem as respostas estatais às lutas cotidianas pelos direitos sociais, econômicos, políticos, ambientais, dentre outros, e as políticas sociais são um exemplo dessas respostas.

Na contemporaneidade a principal esfera de atuação dos assistentes sociais, continua sendo a de

âmbito estatal. Ao se destacar que os profissionais de Serviço Social são contratados para atuarem nas diversas políticas setoriais, principalmente na esfera municipal (que com o processo de descentralização das políticas sociais assume um papel importante na implantação dessas políticas) cumpre, também, o destaque para os desafios em se defender direitos na contramão da desregulamentação desses direitos no âmbito do Estado.

Seguridade Social

A Seguridade Social no Brasil está organizada na Constituição Federal de 1988 pelo tripé Assistência Social, Saúde e Previdência Social. Trata-se de um significativo passo para a garantia de direitos de proteção social, pela primeira vez, a Assistência Social é considerada política pública, em contraponto à sua percepção como ação paliativa, filantrópica e/ou de atendimento à população de forma fragmentada. A partir de 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, Lei 8.742/93, passou a constituir-se em política de responsabilidade estatal e direito do cidadão. Em se tratando da amostra pesquisada, chama a atenção o fato de 50% das profissionais atuarem no âmbito da Seguridade Social.

Behring e Boschetti (2009) salientam que na lógica neoliberal o Brasil tem cada vez mais reduzido os recursos para a Seguridade Social, especialmente para a Previdência Social e Saúde, o que se traduz em momentos de regressão e de estagnação. No caso da Assistência Social, há que se ressaltar a ampliação de recursos, no que Mota (2009, p. 133) considera uma unidade contraditória, pois enquanto se avança a mercantilização e privatização da Previdência e Saúde, à Assistência Social alça-se um “novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil”.

Silva (2013), em levantamento sobre os concursos públicos para assistentes sociais em municípios sergi-

panos no período de 2010 (segundo semestre) a 2012, observou o campo da Assistência Social como expansivo, o que pode sinalizar o significado da Política de Assistência Social no atual contexto. Mas, embora se constitua um espaço ocupacional que se amplia, há desafios a serem superados, dentre eles a reafirmação da assistência social como política da Seguridade Social, a efetivação e a democratização do controle social em uma busca constante da democracia e da cidadania, o que significa ir além de uma atuação que consista em prestar orientação aos usuários referente aos direitos e deveres, além do encaminhamento para outros serviços prestados por outras políticas setoriais e outras, conforme indicação específica da política.

Ainda no âmbito da Seguridade Social, outro espaço importante de atuação é o da Saúde, que tem o assistente social classificado (Resolução CNS 218/97) e caracterizado (Resolução CFESS 389/99) como profissional da área. No âmbito da Saúde as necessidades da população, o conteúdo e a forma de organização dos serviços tem criado um conjunto de elementos que rebatem diretamente nas principais contradições do Sistema de Saúde Pública no Brasil. Desta maneira o Sistema Único de Saúde (SUS), embora se configure um sistema de acesso universal à Política de Saúde, tem sido tratado de forma omissa pelo governo brasileiro que segue os princípios neoliberais, desrespeitando os princípios constitucionais.

A atuação do assistente social na Saúde dá-se como consequência de uma série de forças, sejam elas novas demandas e necessidades do público usuário no contexto sociopolítico, seja pelas instituições que o emprega; observa-se que o profissional que trabalha no campo da Saúde não é estimulado no seu fazer profissional e acaba com a sensação que a sua atuação não surte efeito, visto que os programas e projetos estão sempre sofrendo descontinuidade, devido as constantes mudanças impostas pelo governo. Diante de tal situação, os profissionais são levados a privilegiar ações curativas e imediatistas, deixando de desenvolver atividades educativas e de caráter coleti-

vo que foquem na prevenção e na promoção da saúde da população em um trabalho constante de incentivo a cidadania. O referido espaço de atuação foi citado por 16% dos assistentes sociais pesquisados.

Os desafios postos ao assistente social, que atua no âmbito da saúde, indicam a necessidade de ir além às atividades de educação em saúde, orientação, socialização de informações, encaminhamento para diversas políticas setoriais, supervisão de estagiários de Serviço Social, participação em conselhos locais de saúde, palestras e reuniões.

Ainda no âmbito da Seguridade Social, destaca-se a inserção na Previdência Social. O trabalho de assistentes sociais na Previdência Social toma por base a Lei 8.662/93, o Código de Ética Profissional e a Lei 8.213/91 (Lei Previdenciária) que no artigo 88, enfoca ser competência do Serviço Social o esclarecimento dos beneficiários acerca dos direitos sociais e os meios para exercê-los, tanto no âmbito interno da instituição quanto na dinâmica da sociedade

A inserção na Previdência Social apareceu na pesquisa com 2% das profissionais respondentes. De acordo com a matriz teórico-metodológica do Serviço Social, na Previdência Social os assistentes sociais realizam prioritariamente, como atividades, a socialização das informações previdenciárias, ações de fortalecimento do coletivo e a assessoria. Observa-se que os desafios postos ao profissional de Serviço Social consistem, inicialmente, a compreender o significado da Seguridade Social no Brasil e as possibilidades e limites para permitir o acesso ao direito garantido, bem como evidenciar a Seguridade Social como parte integrante de um sistema de Proteção Social não efetivado no país.

Assistência Sociojurídica

Além da área da Seguridade Social destaca-se a inserção no campo sociojurídico, que na pesquisa aparece com 16% de inserção das assistentes sociais

respondentes. A inserção do Serviço Social no âmbito do judiciário é histórica e ocorre desde a década de 1940, quando se dá a institucionalização da profissão. Na assistência sociojurídica, assistentes sociais desenvolvem seu trabalho com o objetivo de subsidiar as decisões e demais procedimentos que serão tomados a posteriori em processos que exigem conhecimentos especializados da área.

Mesmo sendo subordinado administrativamente, o assistente social pode exercer seu trabalho de forma autônoma. A autonomia relativa é um aspecto estudado no Serviço Social em face da sua condição de profissional liberal, embora na maioria das vezes submetido ao assalariamento. Trata-se de algo garantido pelo marco legal da profissão, especialmente pela Lei de Regulamentação (BRASIL, 1993) e pelo Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) que direcionam a atuação profissional.

Os instrumentos de trabalho utilizados por assistentes sociais no campo sociojurídico permitem dialogar de forma muito evidente com as garantias legais, mas no âmbito do judiciário, dada à condição subalterna a que podem ser submetida alguns profissionais, podem configurar-se como desafios para a autonomia profissional na inserção nesse campo.

Política de Educação

A Política de Educação responde a uma porcentagem significativa de inserção de 14% das respondentes. Se pensar-se que a atuação pode ser vinculada ao ambiente escolar, destaca-se que nesse espaço vivenciam-se as mais diferentes expressões da questão social que interferem diretamente na vida dos usuários dessa política. Destaque-se que a inserção nesse espaço pode ser percebida tanto no âmbito estatal quanto no âmbito privado, uma vez que se trata de uma política na qual o processo de privatização desencadeado a partir da década de 1990 enfatizou-se significativamente.

Faz-se mister ressaltar que a desigualdade social provocada pelas contradições do capitalismo causa

desigualdade educacional, ou seja, há uma diferença entre pobres e ricos no que diz respeito ao acúmulo de escolaridade e a implantação de sistema de cotas em universidade pode ser representativo da resposta do Estado para minimizar os entraves que se observa no acesso à essa política, ainda que haja reflexões contrárias à sua efetivação por segmentos da sociedade.

Nos últimos anos o campo da educação constituiu-se em tema de debate e reflexão no âmbito do conjunto CFESS/CRESS, o que se traduziu na elaboração de documentos que balizam a inserção profissional na Política de Educação.

Os desafios aqui enfrentados estão no reconhecimento das possibilidades de atuação profissional não somente pelo órgão empregador, mas pelo próprio conjunto de trabalhadores, que por vezes associam o trabalho na política de educação a professores e outros profissionais com formação específica em profissões que são consideradas “da área”, leia-se professor, pedagogo, psicopedagogo, dentre outros, além de trabalhadores de nível médio.

Política Agrária

Na política agrária, atuam 6% das profissionais inseridas na amostra da pesquisa. O meio rural tem sido alvo de programas, projetos e políticas, de forma mais direta desde o período de ditadura militar, com o propósito de mediar os conflitos sociais existentes. Quando a questão agrária necessita ser enfrentada por meio de políticas sociais, o Serviço Social é chamado para intervir, mas é necessário ter clareza dessa inserção. Garcia (1999, p. 188) enfoca que há que se considerar a “opção político-pedagógica, o que significa repensar o arcabouço teórico-prático da profissão que aborda essa questão de forma periférica, contrastando com a dinâmica das relações socioculturais e das práticas produtivas no meio rural”.

Embora não se estejam inseridas especificamente na questão rural, nos municípios onde se vincula a

pesquisa, as assistentes sociais que atuam na Política Agrária ressaltam sua atuação nos programas sociais estatais voltados para os segmentos de assentados ou pequenos produtores que dependem de ação estatal num espaço de luta pelo direito a terra e que reflete a luta de classes na defesa de seus interesses.

Os desafios aqui postos voltam-se para o trabalho profissional que amplie a participação dos assentados nas atividades socioeducativas no sentido de elaborar estratégias para fortalecer a consciência coletiva e a autonomia desses sujeitos, mas também identificar as demandas referentes à educação nas áreas de reforma agrária, planejar e implantar junto com outros profissionais das instituições onde atua projetos educacionais, elaborar, implantar e realizar o controle técnico-operacional de projetos ligados aos assentamentos rurais, bem como apresentar relatórios técnicos parciais e finais de projetos desenvolvidos nas áreas de reforma agrária.

Nesse sentido, os assistentes sociais que trabalham no âmbito da reforma agrária precisam ter uma perspectiva de orientação dos sujeitos sociais com ações que visem a “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 1993).

Política de Habitação

Outro espaço ocupacional destacado é o da Habitação no qual os profissionais de Serviço Social atuam em conjunto com os movimentos sociais, principalmente urbanos. Na pesquisa observa-se a inserção de 2% de profissionais. A política de habitação atua sobre pressão de determinantes econômicos, políticos e culturais que exigem mais do que ações imediatas e instrumentais dos profissionais de Serviço Social.

A Política Nacional de Habitação tem como pré-requisito para o desenvolvimento de projetos habitacionais com interesse social a criação do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), no qual a partici-

pação de assistente social é inerente. De acordo com o Ministério das Cidades e a Política Nacional de Habitação, os profissionais de Serviço Social atuam nas localidades onde se desenvolve os projetos habitacionais por meio de reuniões com as comunidades (associação de moradores ou trabalhadores), encaminhamentos, orientações diversas sobre os direitos e deveres dos usuários.

É possível perceber que a Política Nacional de Habitação renova-se para garantir os princípios do que se convencionou tratar por inclusão social, entretanto as suas premissas não atingem rapidamente a realidade do país, a qual se identifica condições precárias de moradia e de infraestrutura urbana que não contemplam o direito a moradia, garantido no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, o que torna a própria inserção na política um desafio para o Serviço Social.

Empresas

Dado significativo na pesquisa revelou, dentre os sujeitos pesquisados, a pequena inserção em empresas, que apresentou 1% de participação. A atuação de assistentes sociais nesse espaço é histórica na profissão, como parte do processo de profissionalização na primeira metade do século XX. Trata-se de um campo que favorece o mercado de trabalho para os assistentes sociais devido ao processo de mobilização e organização da classe trabalhadora, o que, na concepção de Amaral e Cesar (2009, p. 414) “atenderia, contraditoriamente, tanto às necessidades do capital – contratante dos serviços profissionais – como às do trabalhador”.

Nas empresas os assistentes sociais desenvolvem programas de formação, capacitação, mobilidade e sucessão dos empregados, gestão da qualidade total no trabalho e programas voltados para os trabalhadores, o que, para Mota (1985, p. 16), confirma,

[...] que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais [] a empresa, enquanto

representação institucional do capital passa a requisitar o assistente social para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e sua família.

Com as redefinições do processo produtivo, observa-se que é cada vez menor a inserção de assistentes sociais nesse espaço.

Terceiro Setor

Um campo que cresce desde a década de 1990, o terceiro setor, também, revela a inserção em um novo espaço ocupacional: as ONGs. A pesquisa apontou 5% de participação de assistentes sociais nas ONGs e nos diversos movimentos sociais, na assessoria e consultoria, bem como no planejamento execução e monitoramento das atividades. São organizações autônomas em relação ao Estado e mesmo sendo privadas atuam com objetivo de defender os interesses públicos, com segmentos determinados. A inserção nesse espaço ocupacional apresenta um caráter social quando fortalece a organização da sociedade em busca dos direitos sociais, da cidadania e da democracia, requisitos essenciais para a construção uma sociedade mais justa.

Observe-se tratar-se de um espaço onde as contradições do sistema capitalista reafirmam a ideologia do projeto neoliberal, o que, muitas vezes, reafirma a real condição dessas organizações, que se configuram como espaços onde a seletividade é a palavra de ordem. No estado minimalista, de distanciamento cada vez mais forte da implantação de direitos historicamente construídos, as ONGs surgem com um papel cada vez mais substitutivo do Estado, o que deixa a desejar sobre sua capacidade de romper com a lógica neoliberal.

Outros espaços de atuação profissional e em espaços políticos

Na pesquisa também foram citados outros espaços ocupacionais como a Segurança alimentar e nutricional, na gestão de políticas para mulheres e edu-

cação popular; esses espaços apareceram com 6% de inserção de assistentes sociais, que por sua indicação específica não foram inseridos nas políticas já sinalizadas, o que leva ao seguinte questionamento: quais as possibilidades e limites que se evidenciam no cotidiano profissional com o advento da fragmentação das políticas (já em muito focalizadas) em segmentos específicos? Esse é, também, o desafio de compreender e atuar nesses espaços.

Deve-se considerar, nesse sentido, a necessidade de perscrutar a realidade social e localizar, nesses “espaços” seus objetivos, no sentido de descortinar o cenário que se evidencia, na perspectiva de uma atuação pautada no projeto da profissão.

A pesquisa constatou que é pequena a participação de assistentes sociais em espaços políticos, aqui entendidos como espaços de articulação política diversa (sindical, movimentos sociais, representação profissional) e de controle social ou outros espaços de decisões, pois apenas 38% afirmaram participar desses movimentos; comparando esses dados com a pesquisa nacional realizada pelo CFESS (2005) sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil é possível afirmar que os dados apresentados pela pesquisa realizada no Estado de Sergipe não diferem da realidade brasileira.

Nas últimas décadas, com a descentralização e a municipalização das políticas sociais, os conselhos de direitos e de políticas surgem como novos espaços de atuação dos assistentes sociais. Trata-se de espaços de articulação política por excelência e, no caso de conselhos de direitos e de políticas, os assistentes sociais atuam nos espaços de controle social, principalmente nos conselhos de assistência social, saúde, segurança alimentar e nutricional, criança e adolescente, mulher e idoso.

No movimento da sociedade, outros podem ser espaços de articulação: conselhos de classe, sindicatos, associações diversas, que tenham na sua configuração a defesa de trabalhadores.

Nestes espaços os profissionais de Serviço Social realizam assessoria, consultoria e podem ainda realizar pesquisa, como ser um representante tanto de órgãos governamentais como da sociedade civil (usuários, prestadores de serviços ou trabalhadores). Espera-se de assistentes sociais a defesa dos compromissos éticos políticos da profissão e principalmente a defesa da ampliação destes espaços, tornando efetivo o compromisso com a universalização dos direitos e a ampliação da cidadania. Os desafios aqui se destacam pela subordinação do trabalho profissional, mesmo sob a proteção jurídica por meio de concurso público, ao direcionamento estatal às políticas nas quais estão inseridas.

3 À GUIA DE CONCLUSÃO

A reestruturação produtiva – fruto de mudanças no capital como resposta às sucessivas crises desde a década de 1970, recria o processo produtivo com investimentos em inovações tecnológicas, informatização, e exigência de mais qualificação profissional. Isso causa uma série de mudanças no conjunto da classe trabalhadora, deixando-a mais vulnerável ao desemprego crescente (estrutural) e afetando a sua subjetividade e as lutas coletivas. Para Pastorini (2007, p. 38-39) isso implica em “‘novos’ desafios tanto para os Estados e seus governos, quanto para os setores que representam o capital e para as classes trabalhadoras (no que se refere à sua inserção na estrutura produtiva, organização coletiva, representação política etc.”

Em decorrência desse processo, o desemprego estrutural agudizou as desigualdades sociais, num cenário de muitos desafios para o Serviço Social, profissão que lida cotidianamente com as expressões da questão social. Segundo Iamamoto (1998, p. 20), ao profissional exige-se “a capacidade de analisar a realidade e construir propostas criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas do cotidiano, ou seja, um profissional propositivo e não só executivo”.

A conjuntura impõe que o exercício profissional de assistentes sociais em quaisquer espaços ocupacionais, reafirme a competência como norte na profissão e para tanto o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão e outros marcos legais são normas a serem respeitadas tanto por profissionais quanto por empregadores.

A profissão de Serviço Social é regulamentada como profissão liberal, mas tradicionalmente o exercício profissional demonstra ser o assistente social um profissional de natureza assalariada, como o conjunto de trabalhadores. O vínculo a uma instituição empregadora por vezes impede que haja total autonomia profissional, em face de situações que subalternizam o profissional, visto que não dispõem de recursos, condições materiais para realizar seu trabalho, pelo contrário, depende da instituição que o contrata.

A ofensiva neoliberal redireciona o papel do Estado e favorece a mercantilização dos direitos sociais, o que privilegia o setor privado e repercute diretamente no trabalho dos assistentes sociais, em razão da focalização e seletividade cada vez mais frequentes das políticas sociais, campo privilegiado da intervenção estatal. Frise-se, também, a redução de recursos do orçamento das políticas públicas, que ficam direcionadas aos mais pobres dos pobres, ou mesmo contingenciadas, como é praxe no governo brasileiro.

No âmbito nacional, o Estado continua como maior empregador desta categoria profissional (CFESS, 2005), mas nos últimos anos tem diminuído a participação destes profissionais nas esferas federal e estadual devido ao processo de municipalização, o que leva à terceirização do trabalho profissional, em razão de contratações com o objetivo de desenvolver projetos sociais específicos, de forma temporária, precária, e às vezes sem garantia de direitos trabalhistas. Essa constatação é evidente na pesquisa em destaque.

Cabe ressaltar que a formação generalista preconizada nas diretrizes curriculares do Serviço Social deve

ser o norte por permitir ao profissional a participação no planejamento e execução das políticas, para isso se faz necessário apreender o significado social do trabalho nos espaços de atuação para compreender as mediações das políticas sociais. Eis o maior desafio.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. S. do, CESAR, M. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Lei 8.662**, dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências, Brasília, 06 de junho de 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília, 13 de março de 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005.

GARCIA, S. Assentamentos rurais: expressão da questão agrária. In: **Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2: Crise contemporânea, questão social e serviço social**. Brasília: CEAD, 1999.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, S. G. **Flexibilização das condições de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2007.

MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2009.

MOTA, A. E. **O feitiço da ajuda**. São Paulo: Cortez, 1985.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007. Coleção questões da nossa época; v. 109.

SANTOS, S. M. dos. **Inserção profissional e condições de trabalho de assistentes sociais em Sergipe (2011-2012)**. Relatório Final. Programa de Iniciação Científica Voluntária. UFS, 2012.

SANTOS, V. N. **Inserção profissional e condições de trabalho de assistentes sociais em Sergipe (2011-2012)**. Projeto de Pesquisa. Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação Científica. UFS, 2011.

SILVA, C. S. da. Competências profissionais X jornada de trabalho: a inserção do(a) assistente social na Política de Assistência Social em municípios sergipanos entre 2010 e 2012. **Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**. Ano VI, n.8, set. 2013.

Recebido em: 13 de Março de 2015
Avaliado em: 31 de Março de 2015
Aceito em: 2 de Abril de 2015

1. Professora Efetiva do Departamento de Serviço Social (UFS). Doutora em Serviço Social (PUC/SP). Membro do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Políticas Públicas e Movimentos Sociais (UFS) e participante da Rede de Pesquisa sobre o Trabalho do Assistente Social (RETAS). E-mail: venus_se@uol.com.br

2. Graduada em Serviço Social. Assistente social da Prefeitura Municipal de Itabaianinha/SE. Mestranda em Serviço Social (UFS). Membro do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Políticas Públicas e Movimentos Sociais (UFS). E-mail: moreiraufs@yahoo.com.br

